

Observações à Margem do Nosso Desenvolvimento Econômico

General JUAREZ TÁVORA

Conferência realizada no Ministério das Relações Exteriores perante a Comissão Nacional de Assistência Técnica.

1. INTRODUÇÃO

E' GRANDE honra para mim estar a abrir, nesta oportunidade, a série de Conferências programadas, para o corrente ano, pela Comissão Nacional de Assistência Técnica — órgão integrante do nosso Ministério das Relações Exteriores e incumbido da ligação entre o Governo Brasileiro, de um lado e, de outro, as organizações das Nações Unidas e dos Estados Americanos, no pertinente à assistência técnica patrocinada por esses organismos internacionais.

Essa honra é acrescida, ainda, pelo fato de nos distinguirem a todos, com sua presença neste ato inaugural, eminentes homens públicos, civis e militares, de nossa Pátria e por cuja deferência confesso, desde logo, meu sincero reconhecimento.

Lamento que os afazeres de meu pôsto na Escola Superior de Guerra me não hajam permitido organizar exposição original, inteiramente enquadrada nas finalidades do Curso agora inaugurado.

Para atender, em tempo útil, a honrosa incumbência que me foi atribuída, tive de socorrer-me de teses expostas noutra oportunidade, e agora apenas refundidas em sua forma e atualizadas em seus dados estatísticos de base.

Foi mantido o título da primitiva palestra — “Observações à margem do nosso desenvolvimento econômico” — cabendo, agora, como antes, a seguinte observação preliminar sobre a inteligência do tema :

Não é meu intuito esboçar, aqui, uma equação geral do nosso problema econômico — matéria muito complexa e integrada por fatores ainda demasiadamente sujeitos a controvérsias — para ser convenientemente enquadrada, em seu conjunto, num simples trabalho pessoal e sumário, como este...

Tentarei apenas levantar um balanço sucinto de nossas realidades econômicas, apontando, em seguida, algumas das causas que, mais diretamente, podem haver concorrido para os aspectos deficitários dessa realidade, e lembrando, finalmente, algumas providências que parecem impor-se para corrigir ou atenuar os seus efeitos depressivos sobre o nosso desenvolvimento econômico.

2. NOSSAS POSSIBILIDADES ECONÔMICAS

Somos um país de grandes possibilidades econômicas, decorrentes, entre outras, das seguintes causas naturais:

Extensão e natureza da área habitável — Possuímos uma superfície de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, toda ela economicamente habitável.

Isso nos coloca entre as seis nações senhoras de maiores domínios territoriais no mundo: o Império Britânico, a França com suas Colônias, a Rússia, a China e os Estados Unidos da América do Norte.

Grande aproveitamento do solo — Não possuímos desertos, nem consideráveis superfícies de águas interiores.

A própria zona chamada das secas é cultivável em épocas normais e poderá incluir-se, mediante um aproveitamento mais racional de suas águas de chuva e através de apropriados sistemas de irrigação, entre os tratos mais produtivos do território nacional.

Seu enorme desenvolvimento no sentido dos meridianos e o modelado em altiplano de sua hinterlândia proporcionam-lhe climas adequados e quase todas as culturas conhecidas.

Sua área florestal é enorme, cobrindo, só a Hiléia Amazônica, várias centenas de milhares de quilômetros quadrados.

Relativa riqueza do subsolo e da fauna ictiológica — Há no subsolo brasileiro muitos dos recursos indispensáveis à estruturação do desenvolvimento industrial moderno:

— o ferro, o manganês, os fundentes e refratários — alimentadores da indústria siderúrgica — existem em quantidades e com qualidades mais que satisfatórias. E, embora a produção de coque metalúrgico ainda constitua um problema não satisfatoriamente resolvido, poderá ter, em último caso, um derivativo na produção do carvão vegetal e da energia elétrica;

— o calcário, o gesso e a argila garantem bases sólidas para a fabricação do cimento — elemento essencial da indústria de construções;

— o enxôfre (piritas), o sal marinho e várias matérias-primas para fertilizantes (potássicos, azo-

tados e fosfatados) abrem portas largas às indústrias químicas de base;

— a área sedimentar possivelmente petrolífera equivale a cerca de 6% da área sedimentar de todo o planeta; e, complementarmente, a existência do xisto pirobetuminoso, em grandes quantidades, no vale do Paraíba e, sobretudo, no chamado "horizonte irati", e de abundantes matérias-primas para produção de álcool carburante — são elementos favoráveis para a solução do problema nacional de combustíveis líquidos.

Por outro lado, a fauna ictiológica, quer oceânica, quer de águas interiores, constitui verdadeira riqueza a desafiar nossa capacidade de empreendimento.

Existência de consideráveis recursos de energia hidráulica — Colocamo-nos, favoravelmente, entre os países que dispõem de maior potencial hidráulico visível (cerca de 20.000.000 HP) localizado, em grande parte, em zonas já relativamente povoadas e economicamente ativas. Tal potencial, se devidamente aproveitado, (mediante ampliação dos desníveis naturais, regularização dos deflúvios, etc.) poderá elevar-se a 40, ou mesmo 50 milhões de quilowatts. (A potência até agora instalada apenas se aproxima a 2 milhões de quilowatts).

Apreciável cifra absoluta da população — Nossa população já ultrapassa a casa dos 50 milhões de habitantes, colocando-nos, nesse particular, acima do Reino Unido, da França e da Itália, e abaixo, apenas, da China, da Índia, da Rússia, dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, e talvez, da Indonésia.

3. NOSSAS REALIDADES ECONÔMICO-SOCIAIS

Apesar das grandes possibilidades com que nos dotou a natureza, enfileiramo-nos, ainda, sob vários aspectos, entre as nações efetivamente mais pobres e atrasadas da comunidade terrestre, conforme pode deduzir-se dos seguintes fatos revelados pela estatística (Ver os quadros das páginas 13 e 14).

Situação demográfica — O Brasil é ainda um dos países menos povoados da terra, com uma densidade de população de pouco mais de 6 habitantes por quilômetro quadrado, insuficiente para uma ocupação efetiva do território. A taxa de natalidade por 1.000 habitantes é bastante elevada chegando a 43, enquanto nos Estados Unidos é de 23,4, na Argentina de 25 e na França de 20,4. Por outro lado a taxa de mortalidade por 1.000 habitantes (média das principais capitais) é bastante elevada: 18,5, enquanto naqueles países é de 9,6, 9,1 e 12,6 respectivamente. Os saldos de natalidade sobre mortalidade constituem um elemento favorável ao seu desenvolvimento proporcionando um aumento anual de população que atualmente ultrapassa 1 milhão de habitantes. A vida provável média de ambos os sexos é, entretanto, muito baixa em nosso País sendo pouco superior a 40 anos, ao passo que nos Estados Unidos chega a 63, na Austrália a 68 e na França a 58. As

grandes taxas de natalidade e mortalidade e o pequeno limite de vida são índices que incluem o Brasil entre os países subdesenvolvidos.

Situação energética e alimentar — A nossa situação sob o ponto de vista de utilização de energia elétrica é das mais baixas do mundo, alcançando a potência instalada em usinas a apenas 36 watts "per capita", que fornecem anualmente cerca de 170 quilowatts-hora por habitante. Essas taxas são respectivamente, nos Estados Unidos, 550 e 2544; no Canadá, 720 e 4270; na Argentina 105 e 22; e no México 49 e 196.

O nosso consumo "per capita" de petróleo é de 109 kg/ano, contra 345 kg, no México, 490 kg, na Venezuela e cerca de 600 kg, na Argentina.

O consumo anual global de energia (hidrelétrica + carvão + petróleo + lenha) "per capita" coloca-nos em situação ainda mais desfavorável. Tomando esse consumo por seu equivalente em carvão, verificamos um consumo de apenas 220 quilogramas de carvão, enquanto nos Estados Unidos é de 7960, na França 2160, na Argentina 770 e no México 610. Essa situação ainda se agrava pelo fato de o maior dispêndio de combustível para obtenção de energia correr por conta de lenha, o que implica numa tremenda devastação de nossas florestas, com tôdas as conseqüências funestas de secas, mudança de regime de rios e de erosão, para citar apenas as principais.

Por outro lado, o brasileiro vive em estado de subnutrição, já que as disponibilidades alimentares por habitante alcançam apenas a 2340 calorias por dia, contra 3140 nos Estados Unidos; 3060 no Canadá; 2730 na Argentina e 2690 na França. É superior a da Índia, com 1620 e de outros países subdesenvolvidos do Oriente.

Essa deficiência resulta, em parte, do baixo rendimento de nossos métodos agrícolas, conseqüente, por sua vez, do pequeno uso de maquinaria na lavoura e do mau aproveitamento da terra. Dispomos de apenas 0,50 trator por mil habitantes, enquanto, já em 1948, os E. Unidos dispunham de 24,2, a Austrália de 11 e a Argentina de 1,3. Por outro lado, enquanto se emprega no Brasil anualmente cerca de 1 quilograma de fertilizantes "per capita", essa taxa é de 29 nos Estados Unidos, 14,5 no Canadá, 44 na Austrália e 26 na França. Na Índia é de apenas 0,23 e na China é de 0,20.

Situação dos transportes e comunicações — Um dos pontos mais fracos da economia brasileira reside na debilidade do seu sistema de circulação. Enquanto as ferrovias americanas transportam cerca de 5.700 toneladas-quilômetro por habitante e as argentinas 995, as brasileiras não vão além de 150. A esse fato junta-se o pequeno número de veículos automóveis em uso no País. Enquanto nos Estados Unidos há cerca de 32 veículos automóveis para cada 100 habitantes, na Austrália 16, na Argentina 3,3, no México 1,1, no Brasil há apenas cerca de 0,8.

Em matéria de comunicações, tão necessárias às atividades hodiernas, estamos também em

situação precaríssima. Considerando apenas o número de telefones por 100 habitantes, verificamos os índices de 27 para os Estados Unidos, 12,6 para a Austrália, 4,2 para a Argentina, contra 1 apenas para o Brasil.

Situação econômica — As nossas trocas comerciais com outros países são muito baixas ainda. Enquanto cada brasileiro exportava em média 26 dólares, um argentino exportava 94 e um canadense 210. Por outro lado enquanto cada brasileiro importava 21 dólares, um argentino importava 78 e um canadense 211.

Se considerarmos a renda nacional, a situação é ainda precária. A renda nacional "per capita" não chega, no Brasil, a 150 dólares, enquanto nos Estados Unidos é de 1550, no Canadá 940 e na França 506, na Argentina de 250.

Situação social — O índice de analfabetismo subia, em 1950, a mais de 57% da população recenseada, com idade superior a 5 anos.

A freqüência às nossas escolas primárias é ainda de 79 estudantes para cada 1.000 habitantes, enquanto nos Estados Unidos é de 126, no Canadá de 132, na Argentina de 123 e no México de 117.

Se olharmos para o ensino superior, a nossa posição é ainda mais desfavorável, contando o País, para cada 1.000 habitantes, apenas com 0,6 estudantes, ao passo que nos Estados Unidos seu número é de 17, no Canadá é de 5 e no México 1,4.

A pior crise, porém, do nosso ensino reside na formação de técnicos — sobretudo os de grau médio e na mão-de-obra especializada, cuja carência generalizada é responsável, em grande parte, pelo atraso e desorientação de nosso desenvolvimento econômico. Segundo dados citados em recente exposição do Professor E. L. de Oliveira Júnior, as percentagens de técnicos de nível superior (engenheiros) e de grau médio, em relação ao número global de empregados nas atividades industriais americanas variam, respectivamente, de 2,2 a 3% e 6 a 8,3%. Se nos dermos o trabalho de calcular os valores dessas percentagens, tomadas sobre a cifra global de nossos trabalhadores industriais e, em seguida, cotejá-los com as existências de engenheiros e técnicos de grau médio que possuímos — poderemos ter uma idéia concreta da gravidade do problema.

Outro índice bastante significativo do nosso baixo nível cultural médio é o consumo de papel jornal, que alcança apenas 1,8 kg por habitante, contra 36 nos Estados Unidos, 23 no Canadá, 8 no Uruguai, 7 na França e 4,6 na Argentina.

Igualmente baixos são os nossos índices no tocante à assistência hospitalar.

Mas fechemos as estatísticas...

4. CAUSAS DE NOSSA DEBILIDADE ECONÔMICA

Entre as causas eficientes dessa pobreza econômica e atraso social, podem arrolar-se as seguintes:

Dispersão da população sobre uma área enorme, dentro da qual seu valor relativo se amesquina — A densidade média de nossa população é de apenas 6,5 habitantes por quilômetro quadrado. E, na maioria de suas áreas compreendidas nas Regiões norte e centro-oeste é inferior a 1 habitante por quilômetro quadrado.

Precariedade das interligações econômicas dos numerosos pequenos grupos populacionais disseminados no território — segregando-os e anulando-os como fatores ativos da economia nacional.

Dificuldades opostas à atividade humana pelo clima tropical existente na maioria das áreas (calor, umidade, endemias tropicais, etc.) e pela acidentalização do solo (pouca adaptabilidade ao trabalho mecanizado, rápido desgaste do húmus pela erosão, encarecimento dos transportes, etc.)

Quase completo desaparelhamento do nosso homem para enfrentar, vantajosamente, êsses óbices da natureza (ignorância, insuficiência física, escassez de máquinas e de energia, falta de assistência técnica e social) conduzindo, de um lado, a processos empíricos e anti-econômicos de produção; e, de outro lado, a um esgotamento prematuro das terras cultiváveis.

Fracô espírito de iniciativa individual, especialmente para empreendimentos pioneiros, agravado, de um lado, pelas dificuldades de crédito e de assistência técnica, e de outro, pela sedução crônica do empreguismo oficial, usada e abusada no país, como instrumento de formação de clientelas políticas.

Desorganização do nosso comércio internacional, sujeito à especulação de poderosos grupos de intermediários, geralmente controlados por estrangeiros, que, além de explorarem os produtos e os consumidores, desvinculam da economia nacional boa parte do contravalor dos produtos exportados.

Ausência de diretrizes nacionais de política econômica — aí incluída uma lei de investimentos — agravada pelo desrespeito impune às poucas normas já estabelecidas, o que nos tem conduzido, por um lado, a um desenvolvimento anárquico de nossa economia, e, por outro lado, a uma atividade de aventura e saque contra as nossas riquezas naturais — desde a devastação inconsciente das matas, pelas queimadas para roças, e extinção de espécimes das faunas terrestre e aquática interior, pela caça e pesca, por processos destrutivos, em épocas de criação, até a lavra gananciosa de nossas jazidas minerais.

Exagerada centralização administrativa nas esferas federal e estadual, em detrimento da alçada municipal — agravada pela incapacidade crônica dos governos e da elite política que o integra, como órgãos de concepção de conjunto, de coordenação geral e de controle efetivo, para a impulsão harmônica das atividades econômicas do país.

Ausência de coordenação intergovernamental, capaz de prolongar, racionalmente, o esforço federal pela ação estadual e esta pela atividade mu-

nicipal — pelo menos no tocante à solução dos problemas mais importantes.

Emprego desordenado dos escassos recursos financeiros disponíveis (dispersão e ausência de prioridades em favor dos empreendimentos mais importantes ou mais urgentes), agravado pela tendência generalizada de sobrecarregar o Estado com tarefas estranhas à sua alçada específica.

Aí está delineado um quadro sumário das causas de nossa debilidade como organismo econômico.

5. ALGUMAS INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS

Como terapêutica capaz de corrigir ou, pelo menos, atenuar tais causas, animamo-nos a sugerir, como simples bases para estudos mais acurados, as seguintes providências:

Preparo cuidadoso e urgente da formação de técnicos de todos os graus e de mão-de-obra especializada, em proporções capazes de atender o desenvolvimento acelerado e racional de todos os setores fundamentais de nossa atividade econômica.

Planejamento econômico de conjunto, prevenindo a ação simultânea dos governos (federal, estaduais e locais) e de particulares, no sentido de atingir, por ordem de urgência, determinados objetivos fundamentais, entre os quais devemos destacar:

a) aproveitamento adequado de nossas fontes de energia, nomeadamente:

— carvão mineral e, complementarmente, carvão de madeira (sobretudo o de babaçu);

— petróleo de jazidas naturais e óleo de destilação de xistos e, complementarmente, álcool carburante;

— gás natural e gás de destilação de xistos e de oleaginosas (sobretudo do babaçu);

— energia hidráulica;

— energia eólica;

Esse aproveitamento deve processar-se visando, inicialmente, satisfazer as necessidades locais e, em seguida, as regionais e nacionais, mediante complementação racional das fontes de energia disponíveis;

b) desenvolvimento racional e equilibrado dos transportes terrestres, aquaviários e aéreos, complementando-os entre si e aproveitando, ao máximo, as vias naturais de navegação — rios e orla oceânica;

c) aumento substancial e econômico da produção primária — gêneros alimentícios e matérias-primas em geral — de forma a não só abastecer normalmente o mercado interno, como permitir uma colocação competitiva dos excedentes nos mercados internacionais.

Isso deverá resultar, fundamentalmente, de três fatores:

— a mecanização progressiva das atividades rurais, sob melhor orientação técnica e dispondo de suficiente mão-de-obra especializada;

— a extensão e o barateamento do crédito, sob base preferentemente cooperativa;

— a reeducação psicológica dos trabalhadores rurais, no sentido de se esforçarem por produzir mais e melhor, como meio de elevar seu padrão econômico-social;

d) desenvolvimento satisfatório e paralelo das indústrias de base — metalúrgicas, químicas e de materiais de construção (não ferrosos) — sobretudo mediante incentivos seguros à iniciativa privada;

e) estabelecimento de prioridades em favor de determinadas indústrias derivadas que mais diretamente interessem ao desenvolvimento harmônico de nossa estrutura econômica;

f) racionalização de nosso intercâmbio internacional, objetivando,

— de um lado, vincular à economia nacional o máximo possível do contravalor dos bens exportados, e

— de outro lado, disciplinar as importações, empregando, preferentemente, as divisas da exportação na aquisição de bens de elevada utilidade geral.

Redistribuição mais racional das atribuições comuns (e talvez de algumas das privativas) das três esferas administrativas do país — federal, estadual e municipal — pelo menos no tocante às atividades econômicas — mediante convênios ou acordos, que permitam o seu exercício articulado e harmônico, em extensão e profundidade, para que, sem dispersão de esforços e desperdício de recursos, supervisionem, fiscalizem e executem o plano geral de desenvolvimento de nossa economia, que venha a ser estabelecido.

Melhoramento, simultâneo, da capacidade do homem brasileiro, como fator econômico, parecendo-nos aconselhável para isso:

a) melhorar-lhe, de forma extensiva, as aptidões gerais para sobreviver e progredir, ministrando-lhe, na própria escola primária, além da alfabetização, noções práticas de como premunir sua saúde e trabalhar com mais eficiência no meio que habita;

b) estimular-lhe a capacidade produtora, evitando, em nossa legislação social, qualquer dispositivo, conducente à ilusão de que é possível, num país pobre como o nosso, ganhar-se realmente mais, trabalhando-se efetivamente menos;

c) desenvolver e amparar decididamente seu espírito de associação e de previdência, sobretudo nos meios rurais (através, por exemplo, da prática sindical-cooperativa), como meio mais adequado para,

— de um lado, tornar-lhe exequível a assistência im pessoal do govêrno, por intermédio de suas associações profissionais, e,

— de outro lado, garantir-lhe não só remuneração adequada aos seus esforços, pelo contrôlo dos mercados de distribuição ao consumo (eliminação de intermediários dispensáveis) como, também, uma razoável cobertura contra os imprevistos que possam interferir em sua atividade;

d) ampliar a assistência técnica e o auxílio de mão-de-obra qualificada a todos os ramos da produção, por intermédio das respectivas associações profissionais, que deverão participar largamente na formação de tais elementos;

e) estimular-lhe direta e indiretamente o gôsto pelas iniciativas pioneiras, destinadas a mobilizar, em larga escala, nossas riquezas potenciais,

— facilitando-lhe, de um lado, crédito equitativo (barato e apolítico), assistência técnica adequada, transportes suficientes e econômicos, e tributações fiscais compreensivas, e

— de outro lado, reduzindo as atrações do empreguismo público, retirando-lhe pelo menos os privilégios mais sedutores — menos horas de trabalho e melhores níveis de remuneração.

Estimular a cooperação de empreendedores, de técnicos e de capitais estrangeiros para essa mobilização pioneira de nossos recursos potenciais, mediante a promulgação de uma lei nacional de investimentos, que lhes garanta remuneração adequada aos esforços e aos capitais importados, sem prejuízo de interesses essenciais da economia nacional.

6. ALGO SÔBRE A APLICAÇÃO DESSA TERAPÊUTICA

Minuciamos algo, agora, sôbre a aplicação dessa terapêutica.

A articulação harmônica, em extensão e profundidade das três órbitas administrativas de nossa federação, só poderá realizar-se, de vez, atribuindo-se constitucionalmente, a cada uma delas, as tarefas mais adequadas às respectivas alçadas.

Parece-nos, atendendo ao espírito de nossa federação, que:

a) à União, única entidade soberana, devem caber:

— a competência de normar, em têrmins nacionais, o equacionamento dos problemas de interesse geral e supervisionar-lhes as soluções,

— a execução privativa dos serviços referentes à defesa nacional e às relações internacionais, ligados diretamente ao exercício de sua soberania;

b) aos Municípios — únicas entidades administrativas em contato direto com as realidades do ambiente social e do meio físico que sôbre êle reage; único, portanto, em condições de sentir efetiva e imediatamente, na própria origem, as necessidades primárias daquele ambiente, de ajuizar,

com conhecimento de causa, o modo mais adequado de atendê-las, de graduar o esforço administrativo, ou modificá-lo oportunamente, para condicioná-lo às imposições do meio sôbre os elementos que o habitam — devem caber, em princípio, tôdas as demais tarefas executivas;

c) aos Estados — alçada intermediária, quase abstrata entre a alçada soberana da União e a concreta, real do Município — deve caber, fundamentalmente, a simples, mas delicada tarefa de adaptar, em cada caso, a norma geral ditada pela União, às peculiaridades locais dos seus Municípios, ou grupos de municípios, e, só complementar ou suplementarmente, quando fôr o caso, responsabilizar-se por tarefas executivas.

Reconheço que isso significa uma revolução político-administrativa, cujo natural e necessário complemento seria uma outra, de natureza fiscal, importando:

— de um lado, em nova discriminação de rendas, entre a União, os Estados e os Municípios — não aleatória e arbitrária, como a atual, baseada na repartição apriorística das fontes de tributos — mas efetiva e racional, em função dos encargos atribuídos a cada órbita administrativa; e

— de outro lado, em completa transformação do nosso complicado, caro e asfíxiante aparelho de arrecadação, que poderá ser, em sua mor parte, concentrado no Município sob dupla fiscalização do Estado e da União.

O estímulo legal e efetivo à aglutinação dos agentes das atividades econômicas — notadamente das rurais — deverá processar-se, em sua base, sob as vistas do Município, através de consórcios profissionais distritais e centralizações desses consórcios, nos Municípios, de onde sairiam, espontaneamente, as organizações cooperativas fundamentais de consumo, de crédito e de produção.

Essas organizações se ampliariam na órbita do Estado, sob a forma de federações estaduais de consórcios profissionais e de cooperativas, integrando-se, finalmente, no âmbito da União, sob a forma de confederações nacionais de consórcios e de cooperativas.

Através de tais organizações poderiam processar-se, de forma extensiva e eficiente, pelo menos, a assistência técnica e a distribuição de crédito aos agentes das atividades agrárias, simultaneamente, em todos os recantos do País.

Tudo isso já foi realidade legal em 1934, através do Plano de Organização Agrária, então elaborado pelo Ministério da Agricultura, com apoio no Banco Nacional de Crédito Rural, na Lei dos Consórcios Profissionais-cooperativos e na Lei Geral de Cooperação.

A revisão que parece impor-se à nossa atual legislação social deve visar, fundamentalmente, a corrigir o seu caráter fracionário e unilateral, entendendo, de um lado, no que fôr possível, os benefícios já propiciados ao proletariado urbano, aos

trabalhadores rurais; e, de outro lado, fixando, para uns e para outros, deveres em consonância com os direitos que lhes são assegurados.

Complementarmente, deve visar,

— de um lado, a engrenar, efetivamente, o trabalhador nos sistemas associativos e assistenciais de que é beneficiário — confiando-se-lhe, como é de justiça, plena autonomia para a escolha de seus dirigentes sindicais (ressalvadas medidas legais prévias, contra a infiltração, aí, de elementos extremistas) e participação efetiva, correspondente à sua cota de contribuição, na gestão dos Institutos de Previdência Social de que dependa; e

— de outro lado, a estimular o esforço produtivo individual, remunerando-o em função de sua eficiência, ao invés de fazê-lo segundo critério igualitário de salários, e dando-lhe, ademais, participação eqüitativa nos lucros de empresa, também na proporção daquela eficiência.

Esse aumento de capacidade produtiva do homem brasileiro só se verificará, de forma extensiva, dando-se aos Municípios meios adequados de propiciar à população escolar — urbana e rural — mesmo com precedência sobre a simples alfabetização:

a) o ensino prático do ofício urbano de atividade rural (agricultura, pecuária, pequenas indústrias domésticas delas derivadas, e indústrias extrativas animal, vegetal ou mineral), conforme o caso, para os meninos, e de prendas domésticas e indústrias caseiras, para as meninas;

b) educação física e rudimentos de higiene individual, aqui incluída a alimentação racional;

c) noções de previdência e solidariedade sociais; e de educação moral e cívica;

d) ensino prático sobre preservação e restauração do patrimônio natural do País, nomeadamente no tocante à:

— refertilização e conservação dos solos agrícolas,

— exploração racional, replantio e proteção das florestas, e,

— obediência devida às leis de proteção à caça e à pesca, esta especialmente em águas interiores.

Sem esse preparo básico do homem para a vida, o habitante do interior, mesmo alfabetizado, continuará a atividade rotineira de seus avós, ou, o que é pior, abandonará, com intensidade cada vez maior, o meio rural onde nasceu, em busca de emprego ou de aventura nas grandes capitais...

Sei que isso importará numa outra espécie de revolução — a revolução educacional. Mas pergunto: — Não valerá a pena realizá-la para que melhor possamos sobreviver?

O problema da saúde, complementar à preparação básica da educação física, e da higiene individual (aí incluída a alimentação adequada), ministrada na escola pública, deve abranger dois aspectos capitais:

— o da erradicação ou neutralização de determinadas endemias tropicais, afetando, sobretudo, largas massas de trabalhadores rurais,

— e o combate às moléstias infecciosas, que também afligem aqueles trabalhadores, mas dizem, sobretudo, o proletariado urbano.

Constitui assunto complexo, ligado de condicionantes técnicas, algumas das quais já afortunadamente equacionadas, e cujas minúcias escapam aos limites desta palestra.

No que tange à cooperação dos transportes, deve a mesma ser encarada objetivamente, no sentido de realizar a interligação mais econômica possível dos centros de produção e de consumo, combinando, para isso, racionalmente, os vários meios de transportes.

Já há equacionamento razoável para os sistemas de transportes terrestres (ferro e rodoviários), embora ainda considerados de forma mais ou menos independente.

Faz-se mister ampliá-lo, para abranger os transportes aquaviários (oceânicos e interiores) e aeroviários, e, sobretudo, coordenar o seu funcionamento conjunto em função do bem comum.

No tocante ao comércio internacional, impõe-se:

a) de um lado, aumentar, razoavelmente, o contravalor dos bens exportados a integrar na economia nacional,

— pela supressão dos intermediários evitáveis entre o produtor nacional e o consumidor estrangeiro, através de organizações cooperativas,

— pelo transporte, sob bandeira nacional, até os portos de importação dos produtos exportados; e

b) de outro lado, disciplinar (pelo menos inicialmente) as importações através, sobretudo, de imposições de tarifas crescentes, em princípio, com o grau de acabamento industrial dos produtos importados, e decrescentes com a maior utilidade ou imprescindibilidade desses bens para a satisfação de necessidades gerais do consumo ou para o desenvolvimento econômico do País.

Quanto, finalmente, ao estímulo a ser proporcionado à cooperação estrangeira, sob seus três aspectos principais — investimento de capitais, auxílio técnico e iniciativa empreendedora — entendemos que o meio mais hábil de despertá-lo será a definição legal de uma política de garantias e compensações a largo prazo.

Tal política poderia consubstanciar-se numa lei de investimentos, onde se definissem claramente,

a) de um lado, as garantias asseguradas ao capital realmente investido e aos frutos do esforço dos colaboradores estrangeiros, tais como,

— limites de remuneração atraentes,

— convênios com os países de origem sobre dupla tributação de renda,

— livre exportação de fundos correspondentes a juros e amortizações do capital, dividendos de empresa e remunerações pessoais;

b) de outro lado, as limitações consideradas necessárias

— à integração na economia nacional de parte substancial da riqueza mobilizada, com o auxílio estrangeiro, e

— a nacionalização progressiva dos capitais investidos, à medida de sua amortização ou, quando fôr o caso, após o decurso de longos prazos.

7. ALGUMAS CONCLUSÕES NECESSÁRIAS

Alinhemos, antes de encerrar esta palestra, e em face das considerações expostas, algumas conclusões necessárias.

O nosso desenvolvimento econômico deve processar-se, logicamente, da base para o vértice, isto é, com prioridade da produção abundante e barata de matérias-primas e gêneros alimentícios necessários ao abastecimento do mercado interno, sobre o desenvolvimento do parque industrial — não implicando isso, necessariamente, em frear esse desenvolvimento; mas apenas discipliná-lo. E' nesse sentido que devemos interpretar, hoje, esta afirmação de Alberto Tôrres — "O Brasil tem por destino ser um país agrícola; e toda ação política tendente a desviá-lo desse destino é um crime contra a natureza e contra os interesses humanos".

O esquecimento dessas verdades está a ameaçar-nos com uma dupla crise econômica e social — conseqüentes, ambas, da margem cada vez menor de concorrência que nos vão deixando os nossos competidores nos mercados internacionais de matérias-primas, apesar da baixa remuneração de nossos trabalhadores rurais; e agravada, a última, pela escassez crescente e paradoxal de alimentos num país considerado essencialmente agrícola...

Só o desenvolvimento adequado da produção agrária propiciará base segura para a consolidação e expansão de nossa estrutura industrial, que receberá dos campos gêneros alimentícios e matérias-primas abundantes e baratas, e lhes fornecerá, em troca, novas máquinas e manufaturas que lhes estimularão, cada vez mais, o ritmo de progresso econômico-social.

Criar-se-á, então, um ambiente inverso desse de desajustamentos em que nos debatemos, com afluxo crescente de mão-de-obra para as cidades sem meios de alimentá-la; diminuição de braços no interior, sem aumento correspondente de mecanização, para compensá-la; insatisfação generalizada e recriminações recíprocas num e noutro desses dois setores da vida nacional.

A solução do já angustioso problema da produção abundante e barata de matérias-primas e de gêneros alimentícios — sem a qual cairá, pela base

(inclusive por falta de clientes), o nosso edifício industrial — não está, a nosso ver, exclusivamente nas mãos do Governo Federal, nem mesmo, nas dos governos estaduais, embora se empenhem, todos êles, em gastar rios de dinheiro, no enalço de soluções teóricas, ideadas pelos técnicos oficiais e tramitadas pela burocracia cidadina, mais ou menos a revelia dos verdadeiros interessados.

Poderá, porém, sê-lo, e em pouco tempo, se êsses governos se dispuserem a abrir mão da aplicação direta de boa parte das suas rendas em benefício dos governos municipais e da iniciativa privada, para que cooperem como devem, na sua execução, a começar pela formação, em escala ampla, de técnicos de grau médio e de mão-de-obra qualificada.

Parece-nos evidente que a atual incapacidade financeira do Município, acompanhada das deficiências locais daí decorrentes, tem sido e será, em escala progressivamente crescente, se não fôr remediada quanto antes, a "causa mater" do tremendo desajustamento econômico-social criado entre o campo e a cidade, entre a economia agrícola e a economia industrial.

A organização da produção à base sindical-cooperativa constitui — no atual estágio de nossa vida político-administrativa — o caminho mais seguro para reagirmos contra a aventura comercial, que Tôrres classificou como o "mais nefasto impulso da civilização contemporânea".

Tal organização libertará a produção e o consumo, até onde isso é razoavelmente possível, das influências perturbadoras do patrão, da usura e do intermediário, simplificando e racionalizando a cadeia econômica.

Dará substância própria às atividades agrárias, permitindo-lhe:

— autofinanciamento relativo, através de suas organizações cooperativas de crédito;

— melhor orientação técnica, através da formação e da utilização, em comum, de técnicos de grau médio e de mão-de-obra qualificada;

— maior rendimento, através da compra ou arrendamento, também em comum, da aparelhagem mecânica de que carece; e

— paralelamente, o gôzo de uma assistência social mais afetiva e generalizada, que só esporádica e fracionadamente lhes tem sido proporcionada pelos poderes públicos.

Funcionará, ademais, do ponto de vista social, como um verdadeiro neutralizador de tendências extremistas, pela melhoria imediata das condições materiais dos trabalhadores, e pelo lógico entrelaçamento de seus interesses econômicos com os dos empregadores, dentro do quadro profissional respectivo.

Finalmente — já que não dispomos de recursos próprios suficientes para mobilizar, com a ace-

leração que se impõe, nossas riquezas potenciais — forçoso é reconhecer a necessidade de recorrer ao concurso do capital, da técnica e de empreendedores estrangeiros, para a realização dessa tarefa em condições de tempo e de proporção satisfatórias. Mas êsse concurso deve ser convenientemente disciplinado por uma sábia lei de investimentos que, reservando atrativos reais para a iniciativa e o capital estrangeiros, propicie, por outro lado, uma integração satisfatória, da riqueza mobilizada, na economia nacional — sem o que poderiam êles constituir-se em “uma exploração colonial” ou “um assalto às nossas riquezas naturais”, no dizer de Alberto Tôrres.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrando esta palestra deixo à vossa meditação êste outro conceito Torreano:

“Tôda a nossa política econômica gira em torno dêste dilema: ou tencionamos criar uma nação, fazendo de nossa terra um novo plexo de civilização mundial — um País válido, próspero e feliz, onde os seus filhos e os que com êles vêm cooperar gozem os frutos do trabalho e da inteligência, na saúde, na paz e na cultura — ou tencionamos envolvê-lo na onda de aventuras que vai assoberbando o mundo e tende a fazer da exploração imediata das riquezas materiais o prêmio das cobiças, nos desportos colossais da especulação.

Se o nosso objetivo é êste último, cumprenos ir às seguintes conclusões necessárias: renunciar à aspiração de sermos uma nacionalidade e fazer de nossa Pátria um simples campo de feitoria, onde cada geração se contente com extrair riquezas da terra e entregá-las à especulação estrangeira”.

Certamente, nenhum de nós, filhos desta terra dadivosa, deixará de optar pela primeira dessas alternativas, que parece corresponder ao verdadeiro destino reservado à nossa Pátria pelos desígnios da Providência.

Mas não bastam simples desejos ou aspirações humanas para fazer mudar a marcha dos fatos que decidem dos destinos dos povos. Só a ação consciente e determinada por atos de fé e de vontade pode alterá-la, desviando, às vêzes, o curso da História.

E' preciso convencer-nos, todos, de que, apesar de Deus nos haver propiciado recursos para que sejamos um povo rico e poderoso, ainda somos efetivamente pobres e fracos; e não chegaremos talvez nunca à altura da generosa dádiva com que nos favoreceu a Providência Divina, senão pela organização metódica, pelo esforço intenso e continuado, pela poupança honesta.

Grandes e pequenos, proletários e intelectuais, dirigentes e dirigidos, devemos todos estimular-nos

reciprocamente nesse exemplo de trabalho, de ordem e de austeridade, que honra, que fecunda, que engrandece.

Penso — e vai expresso nesse pensamento alto aprêço à tarefa que se propõe realizar, entre nós, a Comissão Nacional de Assistência Técnica — penso, repito, que uma adequada assistência técnica — ampla e profunda, envolvendo a atividade de numerosos técnicos de todos os graus, ajudados por abundante mão-de-obra qualificada — é indispensável para que, através de novos hábitos de organização e de trabalho, possamos atingir, sem maiores tropeços, o altiplano da prosperidade econômica.

Mas não me parece que essa simples revolução de natureza técnica basta para levar-nos ao objetivo mais alto, que é o da paz com liberdade, pelo gôzo generalizado do bem-estar social. Algo mais é necessário.

E' mister que a turba dos que se acotovelam na escalada do poder pelos caminhos da eleição, da seleção ou da livre escolha, aspire chegar ao alto possuída da vontade legítima de servir, e não da gana insaciável de servir-se!

E' mister que encaremos democráticamente, com confiança e simpatia, a colaboração de quantos se inclinam a ajudar-nos na tarefa hercúlea e urgente de mobilizar, em benefício de nosso povo, os recursos potenciais de que dispomos — ao invés de apegar-nos (paradoxalmente, numa época e em circunstâncias em que a colaboração recíproca dos povos democráticos é quase um imperativo de sobrevivência do mundo ainda livre em que vivemos) à mentalidade reacionária, xenófoba e suspicaz dos regimes totalitários, que só descobrem fora de sua dominação inumana, tirânica e exclusivista, intenções de império e de extorsão.

E' preciso, por outro lado, que as leis normadoras das atividades públicas e particulares se inspirem, também, no propósito honesto de servir a todos e não apenas ou essencialmente a clientelas políticas ou a grupos de potentados.

E' mister, finalmente, que realizemos o quase milagre de cumprir e fazer cumprir, escrupulosamente, essas leis, por grandes e pequenos, por amigos e adversários, por nacionais e estrangeiros, aplicando, indistinta e inalteravelmente, sanções aos que as transgredirem.

Eis a única estrada possível de nossa redenção. E' a estrada que palmilharam ou palmilham todos os povos fortes, ricos e livres da terra.

E' a estrada que havemos de palmilhar, para fazer de nossa terra um novo plexo de civilização mundial, onde haja abastança, felicidade, saúde, paz e cultura para todos aquêles que, filhos de suas entranhas, ou oriundos de outras plagas, irmanados no pensamento e na ação, a houverem fecundado honradamente com o suor de seus rostos.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

QUADRO I

PAÍ S	POPULAÇÃO RECENTEADA OU ESTIMADA NO MEIO DO ANO	HABITANTES POR QUILOMETRO QUADRADO	NATALIDADE POR 1 000 HABITANTES	MORTALIDADE POR 1 000 HABITANTES	VIDA MÉDIA PROVÁVEL (MÉDIA DE AMBOS OS SEXOS)
	(1950)	(1950)	(1950)	(1950)	
Estados Unidos.....	151 689 000	19	23,4	x 9,6	63 (1941)
Canadá.....	13 845 000	1	x 26,6	9,0	x67 (1947)
Austrália.....	8 186 000	1	23,3	9,6	68 (1948)
França.....	41 934 000	76	x 20,4	x 12,6	58 (1938)
Argentina.....	17 196 000	6	x 25	x 9,1	—
Uruguai.....	2 500 000	13	x 20	x 8,3	—
México.....	25 368 000	13	45,7	x 17,9	—
Brasil.....	52 124 000	6	x 43	x 18,5	37,5 (1920)
Índia.....	358 000 000	113	x 26,7	x 16,0	x 27 (1931)
China.....	463 500 000	48	—	—	43 (Formosa)

SITUAÇÃO ENERGÉTICA E ALIMENTAR

QUADRO II

PAÍ S	POTÊNCIA INSTALADA EM WATTS/HABITANTE	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EM KWH/HAB. ANO	CONSUMO DE ENERGIA "PER CAPITA" EQUIVALENTE EM TONELADAS DE CARVÃO	DISPONIBILIDADES ALIMENTARES "PER CAPITA" EM CALORIAS/DIA	CONSUMO DE FERTILIZANTES EM KG/HAB. ANO
	(1950)	(1952)	(1950)	(1948-49)	(1950)
Estados Unidos.....	550	x 2544	7,96	3.140	28,8
Canadá.....	x 720	x 4270	6,30	3.060	14,5
Austrália.....	x 294	x 1355	3,18	3.210	44,0
França.....	345	x 905	2,16	2.690	26,3
Argentina.....	x 105	x 272	0,77	2.730	—
Uruguai.....	—	—	0,62	2.530	—
México.....	49	x 196	0,61	—	0,87
Brasil.....	36	x 170	0,22	2.340	1,04
Índia.....	6,3	—	0,11	1.620	0,23
China.....	—	—	—	—	0,19

SITUAÇÃO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

QUADRO III

PAÍ S	TRÁFEGO FERROVIÁRIO PASSAG-KM/HAB. ANO	TRÁFEGO FERROVIÁRIO TONEL-KM/HAB. ANO	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS EM USO. VEÍCULOS /100 HAB.	TELEFONES EM USO TELEFONES /100 HAB.
	(1950)	(1950)	(1950)	(1949)
Estados Unidos..	340	5700	32,2	27,0
Canadá.....	324	5800	18,2	19,5
Austrália.....	—	1200	15,5	12,6
França.....	630	930	x 5,73	5,54
Argentina.....	765	995	x 3,32	4,15
Uruguai.....	x 148	x 180	x 4,00	3,4
México.....	x 99	x 355	x 1,06	1,08
Brasil.....	192	146	0,78	x 1,05
Índia.....	180	120	0,08	0,04
China.....	x 28	x 11	x 0,01	—

Quadros organizados à base do "Statistical Yearbook" da O.N.U. para 1951.

NOTA: Os dados marcados com o sinal (x) são aproximados ou foram extraídos de outras fontes de consulta.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

QUADRO IV

P A Í S	IMPORTAÇÃO EM	EXPORTAÇÃO EM	RENDA NACIONAL EM
	DÓLARES/HAB. ANO	DÓLARES/HAB. ANO	
	(1950)	(1950)	DÓLARES/HAB. ANO
Estados Unidos.....	59	68	1550
Canadá.....	211	210	940
Austrália.....	165	181	685
França.....	73	73	506
Argentina.....	x 78	x 94	x 250
Uruguai.....	81	102	—
México.....	20	18,4	135
Brasil.....	21	26	x 150
Índia.....	3,3	3,5	51
China.....	x 1	x 0,5	—

SITUAÇÃO SOCIAL

QUADRO V

P A Í S	NÚMERO DE HABI-	NÚMERO DE LEITOS	NÚMERO DE ES-	NÚMERO DE ESTU-	CONSUMO DE PA-
	TANTES POR MÉ-	EM HOSPITAIS POR	TUDANTES MATRI-	DANTES MATRICULA-	
	DICO	1 000 HABITANTES	CULADOS EM ESCO-	DOS EM ESCOLAS	PEL JORNAL: KG
	(1948)	(1948)	LAS PRIMÁRIAS	SUPERIORES POR	POR HAB. - ANO
			POR 1 000 HAB.	1 000 HABITANTES	(1950)
			(1949)	(1949)	
Estados Unidos.....	x 750	x 9,45	x 126	17,2	36,0
Canadá.....	x 900	x 9,30	x 132	5	23,0
Austrália.....	1140	8,60	x 147	3,7	22,0
França.....	1300	5,37	x 108	3,5	7,1
Argentina.....	900	3,8	123	—	4,6
Uruguai.....	—	5,56	89	—	x 8,0
México.....	x 2200	x 1,1	117	1,43	1,4
Brasil.....	x 2900	2,76	79	0,6	x 1,8
Índia.....	—	0,23	x 44	0,9	0,2
China.....	—	x 0,03	—	—	x 0,2

(Hosp. Públicos)

Quadros organizados à base do "Statistical Yearbook" da O.N.U. para 1951.

NOTA: Os dados marcados com o sinal (x) são aproximados ou foram extraídos de outras fontes de consulta.